

Em risco esforço do Congresso

Se não houver uma pauta muito bem definida de prioridades para votação, o "esforço concentrado" que está programado a partir desta terça-feira até 15 de dezembro acabará fracassando, segundo a previsão do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), relator do projeto do novo Regimento Interno da Câmara. A advertência de Jobim faz sentido: até a noite de sexta-feira, nem a liderança do PMDB nem a do PFL — que representam as duas maiores bancadas no Congresso — havia enviado sequer telegramas aos parlamentares convocando-os para o esforço concentrado.

Das comissões criadas durante o "recesso branco" que antecedeu as eleições municipais, a única que teve desempenho absolutamente nulo foi a designada para fazer a pauta de votações para o esforço concentrado. A expectativa é de que os líderes que compõem a comissão se reúnam às pressas, amanhã, para elaborar essa pauta e tentar iniciar as votações no dia seguinte. Mas isso não passa de expectativa. Fato concreto, mesmo, até agora, resume-se aos telegramas enviados pelo presidente do Senado, Humberto Lucena, e da Câmara, Ulysses Guimarães, aos parlamentares. Lucena diz não ter dúvidas de que haverá comparecimento, "pois esta é a obrigação dos parlamentares", e observa que, além das matérias a se-

rem votadas, é preciso debater a crise nacional, que, ao contrário dos trabalhos do Congresso, se mantém atuante no dia-a-dia.

Além do esforço concentrado, há tentativas de convocação extraordinária do Congresso em janeiro, o que parece mais improvável, no entanto. O senador Humberto Lucena se mostra disposto a promover reunião entre os líderes esta semana, para discutir a possibilidade de convocação extraordinária, que não agrada, por exemplo, ao presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, um dos que considera "injustificável" a falta de **quorum**, durante o esforço concentrado.

"Se não fizermos votação agora, sem ter mais essa justificativa das campanhas municipais, será o fracasso do Congresso. E será um fracasso inexplicável e injustificável", comenta Passarinho, sem ocultar, no entanto, que não considera uma boa solução a convocação extraordinária. Já o deputado Nelson Jobim, que liderou o PMDB no final a Constituinte, em substituição ao senador Mário Covas (PSDB-SP), diz que há uma esperança para a agilização dos trabalhos: a aprovação do novo Regimento, que adapta os trabalhos da Casa às normas da Constituição, delegando às comissões temáticas o poder de aprovar matérias sem a obrigatorieda-



Jobim quer definir pauta para votar

de de passarem pelo plenário.

Pauta extensa

Para uma instituição que anda em ritmo lento, como o Legislativo, a pauta de matérias não é nada invejável. Só de matérias antigas, pendentes de votação, há cerca de dois mil projetos na Câmara, 26

dos quais com requerimentos de urgência já aprovados. No Senado não há um balanço dos projetos já aprovados na Câmara e que aguardam a disposição dos senadores para votar, mas seguramente esse número ultrapassa os 100 projetos. Para a ordem do dia já foram listados, mas acabaram não

Josemar Gonçalves 21.10.88

sendo votados (o que os mantêm na "lista de espera"), 4 projetos de lei, 4 projetos de resolução e 11 mensagens de autorização para contratação de operações de crédito para prefeituras. A pauta de votações do Congresso (votação conjunta de deputados e senadores) inclui uma medida provisória aguardando leitura e mais 10 já tramitando à espera de voto. E há também decretos-leis (anteriores, portanto, à nova Constituição) que não foram apreciados.

Agilização

Projetos de lei pendentes desde antes do início da Constituinte devem passar por um processo de revisão, mesmo porque muitos deles podem ter se transformado em inconstitucionais, devido à mudança da Carta Magna. Mesmo os constitucionais, no entanto, estão sujeitos a uma espera mais longa, em função de prováveis acordos entre as lideranças para darem prioridade às matérias novas que, na visão desses líderes, exigem mais urgência. Surge aí a infinidade de leis complementares à nova Constituição, entre as quais a lei de greve nos chamados "serviços essenciais", cuja votação é considerada "urgentíssima" pelo senador Humberto Lucena, além da lei regulamentando a fixação do novo salário mínimo, uma prerrogativa que o Congresso fez questão de con-

quistar, mas ainda não se preocupou em exercer.

A suposta dificuldade que surgiria para se votar matérias, em função de não haver ainda novo regimento interno tanto na Câmara como no Senado, é facilmente contestável numa Casa que "é política", segundo frisa o líder governista Saldanha Derriz, PMDB-MS. Se há intenção política de se votar, vota-se de qualquer modo, segundo comprova a prática. E há inúmeras maneiras de contornar as dificuldades, uma das quais já foi colocada em prática na última sessão do Congresso. A presidência da Mesa, diante da dificuldade de **quorum**, até mesmo para a leitura das chamadas "medidas provisórias", propôs normas igualmente provisórias para a tramitação de tais medidas enquanto o regimento não for adaptado às novas disposições da Constituição. Assim, por não haver objeção do plenário, ficou decidido um procedimento que prevê, logo no primeiro item, que a mensagem submetendo medida provisória ao Congresso será recebida em sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional, "realizada com qualquer número". Da mesma forma, "acordos políticos" poderão facilmente sobrepujar qualquer dificuldade de natureza formal que possa ser provocada pela inexistência de regimentos internos, na Câmara ou no Senado.